

Caderno Especial

Mundo: pecuária pode reduzir GEE

Em 2010, o relatório anual sobre a Situação da Agricultura e dos Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) fez uma análise importante sobre a pecuária. Isso não acontecia desde 1986. Responsável por 40% do valor global da produção agropecuária, o setor será muito impulsionado pelo consumo dos países em desenvolvimento, ao contrário do passado, quando a América do Norte e a Europa eram os grandes importadores.

Com isso, a aplicação de investimentos substanciais e o desenvolvimento de um processo de governança serão necessários para a produção pecuária atender a crescente garantia da segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a saúde humana. A atividade é a maior usuária mundial de recursos naturais: os pastos e as terras usadas para produção de ração, por exemplo, respondem por quase 80% de toda a área agrícola. Não obstante, com o aumento, a maior renda e a mudança da população para as cidades, a demanda global por produtos pecuários deve apresentar um forte crescimento até 2050. Mais recentemente, a FAO lançou o estudo intitulado "Lidando com a pecuária através da mudança climática", em que trata da importância da pecuária sob o ponto de vista da emissão e da redução de gases do efeito estufa (GEE).

O documento faz uma avaliação detalhada da magnitude, fonte e via de emissões das cadeias produtivas da bovino-

Consumo de carnes <i>per capita</i> (quilos/pessoa/ano)				
Região	2020	2050		
Centro e oeste da Ásia e norte da África	20	33		
Leste e sul da Ásia e Pacífico	28	51		
América Latina e Caribe	58	77		
América do Norte e Europa	83	89		
África Subsaariana	11	22		

Fonte: FAO

Especial Pecuária Agrognalysis Novembro de 2013

Cenário no horizonte de 2010 a 2050

Com base nas diversas análises e dados da demanda internacional por carne bovina, no horizonte de 2010 a 2050, segundo a FAO, teremos um aumento na pecuária, impactante no aspecto ambiental, de:

- 28,5 milhões de toneladas (+49,7%) na produção;
- 124,0 milhões de cabeças (+ 49,7%) no rebanho; e
- 266,9 milhões de cabeças (+19,8%) no abate.

É urgente tornar a produção intensiva, mas ambientalmente benigna, ressalta a FAO. Os confinamentos podem sobrecarregar menos o meio ambiente, com a redução do nível de poluição gerada pelos dejetos e GEE, diminuição do uso da água e de grãos necessários para a produção animal e reciclagem dos subprodutos agrícolas e industriais dos plantéis bovinos.

Para muitos, pode parecer pouco um incremento de 1% na taxa média mundial de desfrute do rebanho bovino, mas, na realidade, não é. Isso exigirá e provocará uma verdadeira revolução tecnológica nas fazendas de gado do mundo afora. Muito diferentes em comparação aos praticados atualmente, os processos de produção rumarão para modelos mais sustentáveis no uso do solo e da água. Com certeza, nessa perspectiva, o Brasil terá papel de relevo.

Frente à mudança da rotina tradicional da pecuária na direção de promover esse substancial incremento no tamanho do rebanho e nos níveis de produção, os projetos requisitarão vultosos recursos financeiros. Para as regiões de importância já consolidadas na bovinocultura, o cenário dos próximos anos é de grandes oportunidades.

Nesse contexto, a pecuária moderna, ao somar os conceitos da Agronomia e Zootecnia, traça o modelo da revolução tecnológica

Mundo: Projeção da pecuária				
Ano	Produção ¹	Rebanho ²	Abate ²	Desfrute (%)
2010	57.323	249,3	1,347	18,51
2015	60.792	264,2	1,370	19,29
2020	65.374	284,2	1,412	20,14
2030	72.769	312,0	1,476	21,14
2040	78.496	341,3	1,542	22,14
2050	85.853	373,3	1,613	23,14

1 Em milhões de toneladas; 2 Em milhões de cabeça Fonte: Bigma Consultoria, a partir de dados da FAO

que está por vir. Os ganhos deverão acontecer em áreas cada vez menores. Simultaneamente, outros componentes tecnológicos interferirão, como o peso médio das carcacas, por exemplo.

Para melhorar o desempenho e a densidade populacional dos animais por unidade de área, os investimentos serão dirigidos para a recuperação e qualidade das pastagens, a suplementação nutricional, o controle reprodutivo, a melhoria do manejo do rebanho e o tratamento sanitário.

Na integração entre lavoura e pecuária, durante o período seco, o agricultor tira a safra, planta capim junto à planta e engorda animais na terminação. É a fórmula para potencializar ao máximo a genética do bovino em constante progresso.

O grande eixo dessa evolução será o mercado. Ao longo dos anos, os preços, os custos e as margens da criação ditarão o ritmo da implantação tecnológica na pecuária. Produtores rurais e frigoríficos precisam rever o seu *modus operandi* e se preparar para os novos tempos de empreendedorismo e inovação.

cultura, com a identificação de diversas possibilidades concretas para a mesma reduzir as emissões de GEE, a partir de simulações de cenários, análises de ciclos de vida e coletas de séries estatísticas.

De acordo com o trabalho, as emissões da pecuária totalizam 7,1 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente ($\mathrm{CO_2}$ eq.) por ano, o correspondente a 14,5% do total. Como fontes das suas emissões, 45% originam-se na produção; 39%, na levedação entérica dos ruminantes; 10%, na fermentação dos estercos; e 6%, no processamento e transporte.

Na parte ambiental, as melhores técnicas de nutrição, de manejo e de sanidade aumentam a eficiência de produção em nível animal e de rebanho. Por sua vez, o tratamento de esterco garante a recuperação e reciclagem de nutrientes e energia, com economias ao longo das cadeias de fornecimen-

Mundo: Projeções pra bovinos, caprinos e ovinos			
ltem	2012	2050	
Produção ¹	228	463	
Rebanho bovino²	1,5	2,6	
Rebanho caprino e ovino²	1,7	2,7	

1 Milhões de toneladas; 2 Bilhões de cabeças Fonte: FAO

to que são mais opções de mitigação. Essas tecnologias e práticas contribuem para a menor emissão de GEE em todas as espécies, sistemas e regiões.

Alguns países deram passos marcantes para a redução da poluição e a diminuição do desmatamento decorrente da produção pecuária, mas muitos outros precisam adotar

políticas apropriadas e mecanismos baseados no mercado, como taxas para o uso dos recursos naturais ou pagamentos por servicos ambientais.

De acordo com Henning Steinfeld, chefe do Departamento de Pecuária, Saúde e Reprodução Animal da FAO em Roma, a construção de uma agenda global deve ter a participação não apenas do governo, mas também do setor privado, universidades, sociedade civil, organizações internacionais e demais atores envolvidos. Foi com esse objetivo que se realizou, em setembro último, no Brasil, um *workshop* internacional, em que três pontos relevantes foram focados: i) a eficiência no uso do solo, sem causar impactos ambientais; ii) o aumento da produtividade; e iii) o compromisso de tornar a pecuária mais sustentável no mundo.

Virada de ciclo

No ano passado, este caderno especial registrava a perspectiva cada vez mais clara de uma entrada no ciclo de alta da pecuária, depois de um período de margens apertadas e descapitalização do criador. Os indícios ganharam força após a divulgação do abate de bovinos em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: o número apurado tem crescido desde 2010. A quantidade recorde de abate foi registrada em 2007, como resultado de uma conjuntura crítica de baixos preços durante o período de 2002 a 2006, somada ao foco de aftosa constatado em 2005.

Historicamente, quando se analisa a série de abate de bovinos, verifica-se que o abate de fêmeas, de um modo geral, alcança seu pico no primeiro trimestre de cada ano. Tratase de um período caracterizado pelo descarte de matrizes improdutivas, quando os pecuaristas intensificam o abate de fêmeas para cumprir os contratos de venda, com o resguardo dos machos à espera da engorda. Assim, a taxa anual de abates de fêmeas, em linha de ascensão nos últimos exercícios, pode estar perto do ponto de inflexão, com a sinalização de inversão do ciclo de preço.

Nesse contexto, existem outros indicativos importantes para ser examinados na evolução dos preços do boi. É o caso de quando se olha a retomada firme das exportações de carne bovina desde 2009, quando as mesmas foram recordes. Já a subida de 15% no preço do bezerro, em 2013, em comparação ao do ano passado, de R\$ 620,00 para R\$ 710,00, aponta também para uma maior dinâmica nas atividades de recria e de engorda. Toda essa mobilização é puxada pelo maior consumo interno e a entressafra com mais seca nas pastagens.

Diante desse cenário de pré-aumento dos preços reais na pecuária, o segmento mais tecnificado da cria se agita. A atividade perdeu espaço físico nos últimos anos por falta de competitividade em termos de renda com a soja, o milho, a cana-de açúcar e o eucalipto. Desde a subida de 2008, a arroba ficou estabilizada na casa de R\$ 100,00. Para voltar a ficar em torno daqueles valores reais, a correção terá de passar de 30%. Assim, como os novos ares trazem lufadas de otimismo, o ambiente fica mais favorável para a tomada de decisão em favor de investimentos. É chegada a hora de recapitalizar o negócio e valorizar o patrimônio.



Brasil: Abate de	Brasil: Abate de bovinos (mil cabeças)						
Abate	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ano	7.957	7.249	6.489	7.083	7.103	7.218	-
1º semestre							
Fêmeas (%)	37,92	45,60	58,30	61,00	56,60	54,50	53,10
Machos (%)	63,08	45,60	41,70	39,00	43,40	45,50	46,90

Fonte: IBGE

Especial Pecuária Agroanalysis Novembro de 2013

Brasil: Balanço da oferta e da demanda de bovinos							
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Rebanho (1.000 cabeças)	199.752	202.306	205.308	209.541	212.815	216.289	218.712
Produção (1.000 toneladas eq. carcaça)	10.083,9	8.834,6	8.474,1	8.782,5	8.448,2	8.571,7	8.992,3
Importação (1.000 toneladas eq. carcaça)	31,1	30,0	41,3	40,8	44,8	60,1	58,3
Exportação (1.000 toneladas eq. carcaça)	2.285,0	1.919,5	1,767,0	1.701,5	1.494,60	1.684	1.905,1
Disponibilidade interna (1.000 toneladas eq. carcaça)	7.830,0	6.945,1	1.767,0	1.701,5	1.494,60	1.684	1.905,1
População (milhões de habitantes)	187,64	189,61	193,25	195,50	197,40	199,20	201,00
Disponibilidade <i>per capita</i> (kg/hab./ano)	41,7	36,7	34,9	36,4	35,5	36,0	35,5

(*) Projeção Fonte: Conab, Abiec, IBGE, CNPC

Em especial depois de 2010, na ótica da cadeia produtiva, as margens de comercialização correram a favor dos frigoríficos, com a estabilidade dos preços das matérias-primas. Foi um tempo de maior suprimento de animais prontos para o abate, de valorização do bezerro e de estímulos para a atividade de cria ficar estimulada. Agora, essa situação está em processo de inversão, com o pecuarista recuperando preço.

Os movimentos de alta e baixa na rentabilidade são muito peculiares na agropecuária em geral. O conjunto de fatores que ativam esse mecanismo é de natureza tecnológica e de mercado. A pecuária brasileira continuará ainda um tempo sensível com choques de oferta, porque, na média, a sua produtividade é baixa. Assistiremos a anos difíceis como 2010 e 2011, seguidos de melhorias como as previstas para 2014 e 2015. Nessa perspectiva, cabe ao setor produtivo uma boa prática de gestão para superar as fases ruins e aproveitar as boas para valorizar o ativo produtivo, como o rebanho, as pastagens e as estruturas de apoio à produção.

Brasil: E	xportação d	e carne bovina (U	S\$ bilhões)
Ano	In natura	Industrializada	Outras	Total
2000	503	252	58	814
2001	739	252	58	1.049
2002	776	299	69	1.144
2003	2.255	338	97	1.590
2004	2.963	447	115	2.525
2005	2.429	525	116	3.060
2006	3.135	654	135	3.923
2007	3.486	694	245	4.425
2008	4.088	853	406	5.325
2009	3.022	649	465	4.118
2010	3.859	521	434	4.814
2011	4.167	643	566	5.376
2012	4.490	662	614	5.766

Fonte: Abiec

Embarque de US\$ 6 bilhões

A receita com as vendas externas deste ano deve superar US\$ 6 bilhões, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Houve uma forte recuperação da competitividade brasileira, com a abertura de novos mercados na Ásia e a modernização das tecnologias no campo, especialmente na logística de embarque da carne. O principal destino dos embarques nacionais é Hong Kong e, depois, a Rússia, com participação somada acima de 40%.

Apesar de a Rússia embargar a entrada de produtos de alguns frigoríficos, o país continua a ser um dos principais compradores internacionais da carne bovina brasileira. Das

cinquenta e seis plantas de carne bovina brasileira cadastrada para exportar no Serviço Federal de Fiscalização Veterinária e Fitossanitária da Rússia (Rosselkhoznadzor), quatorze estão autorizadas a vender, trinta e duas estão com restrições temporárias e quatro, em controle reforçado. Outras seis plantas aguardam resultado de análise laboratorial de amostras feita pelos russos.

Com relação à União Europeia, após a ameaça brasileira de levar o caso à OMC (Organização Mundial do Comércio), o Brasil prossegue as negociações referentes ao caso que afetou, sobretudo em 2008, o então maior exportador

mundial de carne bovina – as vendas caíram. As exigências europeias de ordem sanitária para a importação do produto revelaram-se uma barreira à entrada de carne bovina brasileira nos países do bloco. O governo brasileiro tenta derrubar, ou pelo menos reduzir, essa medida por meio das negociações internacionais.

Importadores de apenas carne processada do Brasil, os Estados Unidos são o foco das negociações para a abertura das vendas de carne *in natura*. As negociações evoluem bastante, e a expectativa está na definição da consulta pública, o último passo para a abertura do mercado. Como a matéria-prima é oriunda de frigoríficos que já atendem

as regras norte-americanas, uma vez aprovada a entrada do produto, os embarques não devem ter dificuldade de se iniciar. Componentes do Tratado Norte-americano de Livre Comércio (Nafta), o Canadá e o México costumam seguir os passos dos americanos.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), com orçamento total de R\$ 6 milhões anuais, junto à Abiec, desenvolve atividades para a manutenção de mercados já estabelecidos, firma a presença nos clientes onde a participação brasileira é pequena em relação aos demais exportadores e retoma aqueles compradores com mercados temporariamente fechados.

Equivalência de status

No Brasil, em termos sanitários, a grande referência é Santa Catarina, depois de um longo e persistente trabalho. De 1967 a 1992, o estado realizou uma campanha de vacinação em que o produtor comprava a vacina e aplicava nos seus bovinos. Entre 1992 e 2000, foi instituída a Vacinação Oficial, em que vacinadores treinados realizavam as vacinações. O último foco ocorreu em 1993. Em 1998, o esta-

do obteve a certificação da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, sigla em francês) como Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação. Depois, em 2000, encerrou a vacinação e, com isso, recebeu o reconhecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, Brasília/DF) como Estado Livre sem Vacinação e, sete anos mais tarde, em 2007, o aval da OIE.

Menor confinamento

Apesar da crise financeira global, o resultado do sistema de confinamento foi bom em 2008, com a subida dos preços da arroba do boi. No entanto, a intenção de produção perdeu força no decorrer do ano. Essa tendência continuou em 2009, diante da incerteza do mercado com relação ao desempenho da economia internacional, somada ao encarecimento do boi magro por falta de oferta.

Em 2010, a queda registrada no confinamento foi mais forte. A saída e os pedidos de liquidação extrajudicial de vários frigoríficos, bem como as operações de aquisição e fusão no setor, diminuíram as alternativas dos pecuaristas para comercializar o boi. Além disso, por falta de créditos, importantes fundos deixaram de investir na parceria com os criadores. Mesmo com a demanda por carnes firmes e os preços dos grãos e do boi magro em alta, a quantidade de bois confinados voltou a aumentar em 2011.

Já o salto verificado nos preços dos grãos com a seca nos Estados Unidos reduziu o aumento no confinamento, estimado incialmente em 18%, para 6%. Para este ano, a valorização acima de 15% do boi magro em comparação ao boi gordo constituiu um fator de desestímulo. Essa elevação toca diretamente os criadores confinadores da engorda dos animais comprados de terceiros. A percepção do mercado é de uma grande concentração na produção pelo confinamento.

Em termos de oferta de carne, essa diferença para menor é pequena, sem provocar problemas significativos que causem impactos no mercado interno e de exportação. Os animais poderão ser criados a pasto, e não em confinamento. Com menor custo, o semiconfinamento é sempre uma alternativa. No sistema de boitel, diante dos maiores preços do boi magro, o pecuarista prefere vender o animal

Brasil: Evolução do confinamento (milhões de cabeças)		
Ano Quanti	dade	
2001 1,8	18	
2002 2,0)3	
2003 2,4	12	
2004 2,9	18	
2005 2,5	i8	
2006 2,8	39	
2007 3,4	17	
2008 3,9	12	
2009 3,3	33	
2010 2,6	88	
2011 3,3	39	
2012* 3,4	ļ5	

*Sondagem: Agroanalysis Fonte: Bigma Consultoria

Pecuária Sustentável na Prática

RESERVE SUA AGENDA

27 de novembro de 2013 8h às 18h - São Paulo - SP Evento Gratuito - Vagas limitadas

Inscrições e Informações

gtps@wenter.com.br - (11) 3854.8060

Realização



Patrocinador Master





Patrocinador Ouro



Dow AgroSciences



Patrocinador Prata



Apoio





em vez de pagar diárias para o proprietário fazer a sua engorda em confinamento.

Com emprego generalizado nos Estados Unidos e Austrália, o sistema de engorda de boi nos chamados confinamentos representa, no Brasil, entre apenas 7% e 9% dos abates de animais. Normalmente, os chamados "bois magros", com peso entre 12 e 13 arrobas, são levados para o confinamento; de lá, depois de um tempo médio de três meses, são encaminhados para abate quando atingem 18 arrobas.

Face à enorme disponibilidade de pastagem, confinar gado no Brasil onera os custos, devido aos grãos empregados na nutrição do animal. Por isso, a prática fica concentrada durante a entressafra, quando as pastagens perdem qualidade nutricional, por causa do período seco.

Exportação de gado vivo

Em 2012, houve um crescimento de 26% nos embarques de gado em pé, depois da baixa ocorrida em 2011. Mesmo assim, os números continuaram abaixo daqueles registrados em 2009 e 2010. Essa recuperação pode ser creditada ao reajuste dos preços da carne na Venezuela, principal comprador de gado em pé do Brasil, às crescentes compras da Turquia e à valorização do dólar.

O mercado importador venezuelano teve significativa participação, com 80% das aquisições em 2012. Em dezembro de 2011, o país havia suspendido a liberação de novas licenças para entrada de gado em pé, em razão da identificação do agente causador da vaca louca em uma vaca morta no Paraná, em 2011. O Líbano, segundo maior comprador, reduziu as aquisições.

Brasil: Exportação de boi em pé				
	Quantidade (mil cabeças)	Valor (US\$)		
2004	10	3.856		
2005	110	35.392		
2006	244	244.963		
2007	431	431.837		
2008	398	398.841		
2009	518	518.193		
2010	642	642.735		
2011	401	478.900		
2012	480	593.850		

Fonte: SECEX

O Brasil faz parte de um grupo seleto de dezenove nações que detêm o *status* de risco insignificante para a doença em todo o mundo. A identificação de um caso atípico da doença numa fazenda do Paraná não coloca em risco o *status* brasileiro.

Depois das negociações entre os governos brasileiro e venezuelano, os exportadores assinaram um termo de responsabilidade para garantir a sanidade do rebanho. Posteriormente, os dois países acordaram um novo protocolo sanitário mais garantias aos importadores em relação ao risco de vaca louca no rebanho brasileiro. Já a Jordânia e o Líbano, dois dos grandes importadores de gado em pé, fizeram embargo ao produto brasileiro oriundo somente do Paraná, estado que não exporta gado vivo. As exportações são feitas, basicamente, pelo Pará (90%) e o Rio Grande do Sul (10%).

Sustentabilidade, agronegócio e consumo

Aziz Galvão da Silva Júnior*

Sustentabilidade, conforme o relatório Brundtland da Organização das Nações Unidas, de 1987, está relacionada à responsabilidade de que as futuras gerações também possam suprir suas necessidades. O livro "Os limites do crescimento", publicado em 1972 pelo Clube de Roma, já afirmava que o crescimento econômico é incompatível com o estoque limitado dos recursos naturais. Outras previsões, algumas vezes alarmistas, são reforçadas com base na divulgação dos impactos das atividades humanas, como o efeito dos gases do efeito estufa (GEE) nas mudanças climáticas.

Setor primário no sistema econômico, a agropecuária utiliza os recursos naturais como insumos produtivos. Além disso, as suas atividades produtivas ocorrem, principalmente, no próprio ambiente natural. Nesse contexto, o agronegócio brasileiro tem sido criticado por causar impactos ambientais negativos com o desmatamento e as emissões de GEE. Mas, foi o uso de recursos

naturais que permitiu aos países desenvolvidos atingir o atual padrão econômico e social. Por esse motivo, é importante destacar os avanços e as iniciativas na área de sustentabilidade.

No Brasil, com o aumento da produtividade, as principais cadeias produtivas do agronegócio conseguem, ao mesmo tempo, elevar a produção e poupar recursos. A moratória da soja é um exemplo de acordo bem-sucedido entre os diversos elos da cadeia de produção para evitar desmatamento no bioma amazônico, o que vai muito além do cumprimento de leis ambientais, já bastante restritivas.

A cadeia de produção de carne bovina, por meio do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), mobiliza os elos da cadeia de produção e implementa ações para diminuir os impactos ambientais nos biomas brasileiros, com a disseminação de práticas e tecnologias adequadas. Recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) destaca que tecnologias de manejo, alimentação e aproveitamento de dejetos podem diminuir em até 30% as emissões de GEE.

Especial Pecuária Agroanalysis Novembro de 2013

A sustentabilidade está relacionada ao consumo. O desperdício anual de 1,3 milhão de toneladas de alimentos, conforme dados da FAO, de setembro de 2013, mostra uma situação de consumo insustentável. Além da questão ética, quando se considera que 870 milhões de pessoas passam fome todos os dias, este desperdício custa cerca de US\$ 750 bilhões e significa mal uso de recursos naturais, como água, energia e terra. No caso específico do consumo de carne, dois terços do desperdício ocorrem nos países desenvolvidos, onde os consumidores não sofrem limitações de renda, compram em excesso e descartam alimentos imediatamente após e mesmo antes da data de vencimento.

A preservação dos recursos naturais determinará que as gera-

ções futuras poderão suprir suas necessidades. Entretanto, não devemos esquecer que uma parte significativa da geração atual não tem disponibilidade e, principalmente, acesso, em função do desperdício e falta de recursos financeiros, a alimentos saudáveis e seguros. Sustentabilidade e fome são incompatíveis. A agropecuária tem o desafio de manter o consumo alimentar com o aumento populacional. O agronegócio brasileiro, em função de sua capacidade de produção, desenvolvimento tecnológico e iniciativas para redução de impactos ambientais, certamente, continuará a ser imprescindível para a sustentabilidade.

Crédito intensifica pecuária

Rafael Curado Fleury* Pedro A. Arraes Pereira*

O desafio de fortalecer o Brasil como potência agrícola e ambiental passa por levar em consideração o planejamento e a gestão territorial da agricultura. Essa é a condição para ganhar produtividade e poupar recursos naturais. Como elemento estratégico de garantia de segurança alimentar regional, é fundamental desenvolver a gestão de paisagens agrícolas sustentáveis e a permanência de uma agricultura familiar.

O crescimento da produção agrícola com preservação envolve também um novo arranjo da pecuária, tendo a intensifi-

cação do setor como elemento indispensável a uma ampla otimização do uso da terra. Quanto a isso, cabem ações ligadas à implementação e adequação do Código Florestal e ao fomento da produção florestal. A promoção de negócios com florestas biodiversas e a regionalização do crédito rural induzem a inovação e as boas práticas agropecuárias.

Exercitar a agricultura como instrumento de desenvolvimento econômico significa, entre outros assuntos, olhar o aumento da demanda de alimentos e os impactos no agronegócio, a promoção de um futuro renovável e a gestão de propriedades com abertura de capital.

De característica extrativista, com baixa produtividade, conduzida com carência de manejo e sem gestão financeira, a pe-



^{*}Professor de Economia Rural da Universidade Federal de Vicosa

cuária tradicional apresenta indicativos de sua inviabilidade econômica ao ceder áreas para o setor agrícola, ou mesmo contribuir para alguns milhões de hectares em processo de degradação no Brasil.

Nesse diapasão, as exigências do mercado, a competição com a agricultura, a valorização da terra, a desvalorização do boi gordo e o aumento dos custos de produção empurram a bovinocultura de corte em direção a um modelo de produção mais profissional – focado em tecnologia e gestão.

A linha de crédito Intensifica Pecuária parte da premissa de alinhar o modelo produtivo pecuário às técnicas e procedimentos que colaboram para uma maior sustentabilidade e desenvolvimento da atividade. Os produtores serão beneficiados na medida em que cumprirem os itens da lista de verificação dos pontos de controle. Para tanto, será montado um documento denominado Plano de Gestão, composto de:

1. Dados do projetista/assistente técnico;

- 2. Detalhamento das atribuições do projetista/assistente técnico;
 - 3. Dados da propriedade e do produtor;
 - 4. Detalhamento das atribuições do produtor;
- 5. Diagnóstico da propriedade, com o *checklist* dos itens de verificação;
 - 6. Metas e prazos para cumprimento dos itens de verificação.

O cumprimento será verificado por entidade parceira do projeto, a ser definida em cada região (Federação de Agricultura do estado, SENAR, Sebrae, sindicato rural, EMATER, instituição financeira etc.). A remuneração do projetista/assistente técnico estará prevista no projeto como item financiável e não poderá exceder 15% do valor total financiado. A quantidade e a periodicidade das visitas do projetista/assistente técnico serão definidas em comum acordo com o produtor rural.

Diálogo: MAPA e o GTPS

Antônio Andrade*



Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) Como está o Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC), uma das prioridades do MAPA?

Ministro Antônio Andradre Do lançamento do Programa ABC, no ano safra 2010/11, até a safra de 2012/13, houve um crescimento na adesão à linha de cré-

dito de 584%, somando 16.445 contratos firmados no período. Em apenas um ano, na temporada anterior, o total de contratos somou 11.135. Isso demonstra que as ações do MAPA para divulgar o Programa estão funcionando e que os produtores estão aderindo às técnicas sustentáveis nos campos brasileiros. A expectativa, para a temporada atual, é que o ritmo de adesões continue forte.

GTPS As exportações de carne bovina estão em recuperação. Como estão os trabalhos para promoção internacional do produto?

Ministro Juntamente com outros órgãos do governo federal, o MAPA articula, todos os anos, a participação do setor produtivo em eventos internacionais e organiza seminários nacionais para a promoção do agronegócio brasileiro. É importante ressaltar que o crescimento das exportações também reflete o trabalho para a abertura de novos mercados, como a recente liberação pela Rússia de dois estabelecimentos no Pará e outros seis no resto do País, todos de carne bovina.

GTPS Alguns mercados ainda embargam o produto por conta do episódio da vaca louca. Estamos revertendo essa situação?

Ministro Estamos. Alguns mercados ainda não retomaram as compras, e, apesar do crescimento das nossas exportações, o governo brasileiro tem negociado para que esse comércio seja recuperado o quanto antes. Os ministérios da Agricultura e de Relações Exteriores têm mantido contato com os países, buscando uma solução para essa questão. No momento, as partes estão em processo de entendimento.

GTPS Quais os progressos na campanha de vacinação contra a aftosa?

Ministro Atualmente, o índice de imunização do nosso rebanho supera os 97%, mostrando a efetividade das campanhas realizadas pelo Ministério da Agricultura. Tal resultado tem possibilitado alcançar o nosso maior objetivo, que é tornar o Brasil livre de aftosa com vacinação. A expectativa é de que, até 2015, consigamos alcançar esse importante resultado para o País.

GTPS A liberação de verbas para a defesa sanitária segue regularizada?

Ministro Está regularizada. Os ministérios como um todo tiveram que se readequar aos reajustes no Orçamento, mas a defesa agropecuária está adequando-se aos poucos à nova realidade. A expectativa é de que mais recursos, por meio de emendas parlamentares, sejam liberados em breve para fortalecer ainda mais a inspeção sanitária no País.

^{**}Técnicos da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

^{*}Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)



ENXERGUE ALÉM COM NOSSAS SOLUÇÕES



Dow AgroSciences



Portifólio completo em constante evolução, serviços e ampla rede de distribuidores autorizados prontos para oferecer todo o suporte para o sucesso dos seus negócios. É assim que a **Dow AgroSciences** atua para atender às necessidades de um mundo em crescimento, oferecendo à pecuária brasileira as melhores soluções para o aumento da sua produtividade.

0800 772 2492 | www.dowagro.com.br





Aporte de recursos

Eduardo Bastos*

Como as barreiras à sustentabilidade enfrentadas pela pecuária brasileira são vividas e sentidas entre os elos que permeiam a cadeia produtiva, tomamos a iniciativa de lançar o Programa Pecuária Sustentável na Prática (PPSP), com o objetivo de desenvolver e testar mecanismos e ferramentas para uma produção mais sustentável, em diversas regiões do Brasil.

O Farmer Support Programme (FSP), fundo do governo holandês gerenciado pela ONG Solidaridad, reconheceu o alcance dessa iniciativa e concedeu o financiamento de € 926 mil, aproximadamente R\$ 3 milhões, para a sua realização. Somado a isso, contaremos com a contrapartida quase três vezes maior do próprio Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), na forma de seus associados e parceiros locais, com uma verba próxima de R\$ 12 milhões.

Ao apoiar o programa, o FSP materializa seu objetivo de incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de melhores condições de trabalho e vida nas áreas de fronteira agrícola, principalmente de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Trata-se de uma identificação com os ideais do GTPS, traduzidos no debate e na formulação de princípios, práticas e padrões comuns a ser adotados pelo setor, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, com justiça social, equilíbrio ambiental e viabilidade econômica.

Nesse contexto, o envolvimento e a participação dos segmentos componentes da cadeia produtiva, junto com a sociedade civil, passam a ser de importância estratégica. Entre as barreiras identificadas pelo GTPS na produção pecuária brasileira, estão:

pastagens degradadas e sem manejo; gestão inadequada da propriedade; falta de assistência técnica pública ou privada; acesso restrito ao crédito devido a restrições de gestão, ambientais e fundiárias; baixa produtividade (@/ha/ano); fraca lucratividade (R\$/ha/ano), dentre outras.

Ao final de 2015, quando o projeto se conclui, o programa terá compilado um Guia de Pecuária Sustentável, com base nas experiências dos associados e foco no 'como fazer'. Além disso, teremos desenvolvido e testado um modelo de capacitação de multiplicadores da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), assim como indicadores setoriais do GTPS para a análise e melhorias da pecuária nacional. Com estas ferramentas, os resultados esperados são de mais informações disponíveis para os produtores, facilidade do acesso de médios e pequenos produtores à assistência técnica e melhoria da gestão para a sustentabilidade na cadeia de suprimentos.

Os números do programa também merecem destaque: são vinte e quatro parceiros – entre eles, dois frigoríficos, quatro associações de produtores, quatro provedores de insumos ou assistência técnica, dois supermercados, seis ONGs, dois bancos, dois sindicatos rurais e uma prefeitura –, divididos em cinco estados (MT, MS, PA, RO e BA); aproximadamente 900 produtores envolvidos; e 800 mil hectares. Sete projetos locais vão servir-nos de laboratório, para implantar unidades demonstrativas, treinar técnicos e testar indicadores de melhoria contínua. A ideia é aprender, construir e compartilhar a partir das experiências locais dos associados do GTPS.

^{*}Presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)

Especial Pecuária Agroanalysis Novembro de 2013

Visões distorcidas

Geraldo B. Martha Jr.*

Quando se fala sobre a pecuária brasileira, é frequente difundir a visão de uma atividade pouco produtiva e ineficiente, incompatível com a realidade e as demandas do século XXI. Nesse debate, é comum vermos dois equívocos.

Primeiramente, do ponto de vista conceitual, o cálculo da produtividade animal em pastagens é obtido pela multiplicação da taxa de lotação (cabeças por hectare) pelo desempenho animal (ganho de peso). Entre 1950 e 2006, quando se faz a decomposição dos ganhos conquistados em produtividade, a participação do desempenho animal é de 38%; enquanto a taxa de lotação fica em 62%. Já, de 1950 a 1975, a produtividade cresceu apenas 0,28% ao ano, para, então, de 1975 a 1996, subir a 3,62% ao ano.

Na verdade, a parcela substancial dos resultados da modernização da pecuária aconteceu entre 1996 e 2006, quando a produtividade cresceu 6,60% ao ano e o desempenho animal explicou 65% deste ganho. Então, quando se toma, incorretamente, a taxa de lotação como sinônimo de produtividade, a taxa de crescimento entre 1996 e 2006 fica em 2,30% (35% do ganho real). Logo, esse critério equivocado induz a erros de interpretação, subestimando em até três vezes os ganhos reais de produtividade registrados na pecuária.

Em segundo lugar, temos a consideração de que a bovinocultura é uma exploração de baixa tecnologia, que cresce



prioritariamente à custa da expansão da área de pastagem. No entanto, a decomposição dos fatores de crescimento da produção pecuária entre 1950 e 2006 mostra que os ganhos de produtividade justificaram 79% do crescimento na produção, enquanto a expansão de área de pastagem respondeu por menos de 21% deste avanço. No período, estes ganhos de produtividade possibilitaram um expressivo efeito poupaterra de 525 milhões de hectares. Portanto, sem estes ganhos, uma área adicional de 525 milhões de hectares – 25% superior ao bioma Amazônia do Brasil – seria necessária para obter a mesma produção de carne bovina registrada em 2006. Entre 1996 e 2006, o aumento da área de pastagem na região Norte explicou menos de 6% do crescimento da produção. Os ganhos de produtividade nesta região promoveram um efeito poupa-terra de 73 milhões de hectares.

Existem discordâncias quanto às estatísticas da pecuária. Números alternativos aos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam, para 2010, uma área de pastagem no País aproximada de 210 milhões de hectares e uma produção de 8,8 milhões de toneladas de equivalente carcaça. Quando se toma esses dados, para o período de 1950 a 2010, os ganhos de produtividade ainda explicariam expressivos 68% do crescimento da produção. O efeito poupa-terra seria aumentado para 665 milhões de hectares.

Diante desses resultados, mesmo com as dúvidas em torno de qual base de dados que melhor representa os aspectos estruturais da pecuária nacional, é inquestionável a importância dos ganhos de produtividade, com a geração de um expressivo efeito poupa-terra e benefícios significativos para a preservação dos recursos físicos.

Existem as críticas dirigidas à pecuária no sentido da necessidade de trilhar o caminho da sustentabilidade. Certamente, há espaço para avançar. A análise dos dados, porém, indica que a expansão da produção pecuária no Brasil foi fundamentada no incremento da produtividade, e não na expansão da área de pastagem. O desenvolvimento e a adoção de tecnologias baseadas em ciência foram fundamentais nesse processo.

Nesse esforço de modernização, o setor produziu, além dos já citados avanços ambientais, importantes benefícios socio-econômicos. Por exemplo, o preço da carne bovina, em junho de 2010, valia, descontada a inflação, cerca de 30% do valor pago em novembro de 1973. Essa expressiva queda de preços (acompanhada de menor volatilidade) tornou um alimento de alto valor biológico acessível aos mais pobres, atenuou pressões inflacionárias e, pelo efeito-renda da demanda – em especial na população de renda mais baixa –, dinamizou outros setores da economia.

^{*}Supervisor de estudos estratégicos e pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação